

HABEAS CORPUS Nº 501.930 - SP (2019/0092662-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : LEANDRO DE CASTRO SILVA - SP258372
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MOACIR RODRIGUES LEAL JUNIOR (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MOACIR RODRIGUES LEAL JUNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no Agravo em Execução Penal n.º 0003894-80.2018.8.26.0154.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções indeferiu o pedido de progressão ao regime semiaberto tendo em vista que "*a unificação das penas acarreta a interrupção do prazo para a obtenção de benefícios da execução penal, de maneira que o novo termo inicial passa a coincidir com o trânsito em julgado da última condenação, não importando se o delito tenha se consumado anterior ou posteriormente ao início da execução penal*" (fl. 38).

Inconformado, o Apenado interpôs agravo em execução. O Tribunal de origem negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (fl. 69):

"Agravo em execução. Superveniência de nova condenação. Alteração da data-base para fins de benefícios. Trânsito em julgado da nova condenação. Progressão de regime. Impossibilidade. Requisito objetivo não preenchido. Não provimento ao recurso."

Neste *habeas corpus*, a Impetrante sustenta:

"que o E. Tribunal de Justiça agiu de maneira contrária ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a unificação de penas, seja pela prática de crime anterior ou cometido durante a execução penal (falta grave do art. 52 da LEP), não gera a interrupção a partir do trânsito em julgado para a acusação do último delito" (fl. 3).

Assevera que:

"[a] alteração da data-base para progressão de regime é efeito exclusivo da prática de falta disciplinar grave ou nos casos de alteração do regime como decorrência da unificação das penas. Inviável a

modificação da data inicial para cômputo quando o apenado, mesmo diante da unificação das penas, permanece no mesmo regime carcerário" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, *"que o cálculo de penas para progressão de regime seja realizado sem a interrupção decorrente da unificação de penas a partir do trânsito em julgado do último delito, mas sim da data da prática da última falta grave, nos termos da súmula nº 534, do Superior Tribunal de Justiça"* (fl. 6).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

No caso, observo, em juízo de cognição sumária, que estão preenchidos os requisitos para a concessão da liminar pleiteada.

O Juízo das Execuções indeferiu o pedido de progressão ao regime semiaberto com base na seguinte fundamentação (fl. 38, sem grifos no original.):

"[...]

É pacífico, no Supremo Tribunal Federal, o entendimento de que a unificação das penas acarreta a interrupção do prazo para a obtenção de benefícios da execução penal, de maneira que o novo termo inicial passa a coincidir com o trânsito em julgado da última condenação, não importando se o delito tenha se consumado anterior ou posteriormente ao início da execução penal.

Nesse sentido os julgados no RHC 121.849, no HC 101.023, no RHC 116.528, no RHC 133.934 do STF e, conforme se verifica do cálculo de penas elaborado, fls. 222/226, o(a) sentenciado(a) não possui o lapso temporal necessário para a progressão requerida. Assim, falta-lhe o requisito objetivo.

Ante do exposto, INDEFIRO o pedido de progressão ao REGIME SEMIABERTO formulado pelo(a) sentenciado(a) Moacir Rodrigues Leal Junior. [...]"

O Tribunal de origem expôs as seguintes razões ao negar provimento ao recurso defensivo (fl. 71-74, sem grifos no original):

"[...]

A interpretação conjunta dos artigos 111 e 118, ambos da Lei nº 7.210/84, permite concluir que a superveniência de nova condenação no curso de execução criminal modifica o termo inicial para a contagem de tempo para fins de concessão de futuros e eventuais benefícios.

"[...]

Não se trata aqui, em verdade, de questão de interrupção de prazo por suposta falta grave; o caso é de somatória de penas (artigo 111, parágrafo único, da Lei de Execução Penal), e de novo cálculo de

prazo, considerando-se, como marco inicial, a última condenação definitiva.

[...]"

Ocorre que a Terceira Seção desta Corte, ao julgar o REsp n.º 1.557.461/SC, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, fixou o entendimento de que "*a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal*". A ementa do julgado foi assim redigida:

"RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a descon sideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto. Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado. As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido." (julgado em 22/02/2018, DJe

15/03/2018.)

No mesmo sentido, destaco, ainda, os seguintes precedentes desta Corte:

"HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. NOVA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS. TRÂNSITO EM JULGADO DA ÚLTIMA CONDENACÃO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

I - Firmou-se nesta Corte, nos termos do entendimento do col. Pretório Excelso, orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - Este Superior Tribunal de Justiça se posicionava no sentido de que a superveniência de nova condenação, no curso da execução da pena, determinava a unificação das reprimendas e a fixação de nova data-base para a concessão de benefícios, excetuados o livramento condicional, a comutação de pena e o indulto.

III - A Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça, em 22/2/2018, ao julgar o REsp n. 1.557.461/SC, de relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, e o Habeas Corpus n. 381.248/MG, com Relator para o acórdão o Ministro Sebastião Reis Júnior, sedimentou o entendimento de que a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal.

IV - O v. acórdão que modificou o termo a quo para a concessão de novos benefícios em face da unificação de penas, estabelecendo como novo marco a data do trânsito em julgado da última sentença condenatória, está em confronto com a nova orientação jurisprudencial firmada pela Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça e, portanto, configura constrangimento ilegal. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para afastar a fixação da data do trânsito em julgado da última sentença condenatória como novo marco para a obtenção de benefícios, como consequência da unificação das penas, restabelecendo a decisão do Juízo da Execução que adotou para tal finalidade, a data da última prisão." (HC 447.181/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 15/06/2018.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FUTUROS. DATA DA ÚLTIMA PRISÃO DO REEDUCANDO, RESSALVADAS AS HIPÓTESES DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, DE INDULTO E DE COMUTAÇÃO DA PENA.

1. 'No recente julgamento do Recurso Especial nº 1.557.461/SC e do *Habeas Corpus* nº 381.218/MG, prevaleceu no âmbito da Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, sobrevindo o trânsito em julgado de nova condenação no curso da execução penal, por delito praticado antes ou após o início da execução da pena, não há alteração da data-base para a obtenção de eventuais direitos, permanecendo como marco a data da última prisão por inexistir respaldo legal para a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios.' (AgRg no REsp n. 1.676.694/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 27/03/2018) 2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1.271.739/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 04/06/2018.)

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para, até o julgamento final deste *writ*, determinar que a unificação das penas não acarrete alteração do termo inicial para a concessão de benefícios da execução.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes cópia desta decisão.

Requisitem-se informações ao Tribunal de origem, nas quais deverão constar, ainda, a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora